REVISTA DA FUNDARTE
ANO 24
NÚMERO 60
AGOSTO DE 2024
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO
REVISTA 60
DOSSIÊ ARTES, COMUNIDADES E EDUCAÇÃO



Foto: Professora Ana Laura López de la Torre - Aula en la Plaza Rata, Pueblo Victoria (2022)
EFI Arte, Barrio y Acción Social, Taller López de la Torre

FEITIÇOS COMUNEIROS NAS ORGANIZAÇÕES CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

COMMUNAL SPELLS IN CONTEMPORARY CULTURAL ORGANIZATIONS

Maria Pereira
Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, Brasil

Resumo: O artigo apresenta dados da pesquisa qualitativa realizada pelo Projeto Nanã entre 2022-2023 cujo foco esteve no levantamento de estratégias de sustentação econômica desenvolvidas por organizações culturais europeias. Os resultados evidenciam a relevância de práticas ancoradas no 'fazer com' para a capacidade de autonomia e independência das organizações e apontam a contradições entre o fomento público/estatal e o atendimento ao público/comunidade. Argumenta-se que é urgente enfrentar certas armadilhas conceituais para expansão de políticas públicas-comunitárias.

Palavras-chave: Organizações culturais. Comum. Governança.

Abstract: The article presents data from the qualitative research carried out by the Nanã Project between 2022-2023, which focused on surveying the economic sustainability strategies developed by European cultural organisations. The results highlight the importance of practices based on 'doing with' for the organisations autonomy and independence, and point to the contradictions between public/state funding and serving the public/community. It is argued that there is an urgent need to confront certain conceptual pitfalls in order to expand public-community policies.

Key-words: Cultural organizations. Commons. Governance.

Introdução

Da filosofia Ubuntu dos povos da África Subsaariana, ao bem-viver dos nativos ameríndios, passando pela organização democrática grega, os Erfgooiers da Holanda medieval, até os ativistas digitais do novo milênio, as experiências não deixam negar os múltiplos arranjos possíveis para cuidar do que partilhamos. Embora o conceito de *comum* seja bastante amplo e o termo em português ainda sofra variações, trata-se de um modo de vida e de produção enraizado em diversas sociedades humanas (Ostrom, 1990; Savazoni, 2018) e basta calibrar a lente para reconhecermos suas pistas. Contudo, diante do avanço do modelo neoliberal e sua penetração nas subjetividades (Han, 2014), as estratégias para gerir e usufruir coletivamente dos bens



naturais, intelectuais, urbanos, rurais ou digitais encontram formas diversas, muitas vezes pouco evidentes aos olhos marejados de gramáticas de outrora ou embebidos em epistemologias do norte (Laville, 2014; Esposito, 2017).

Preocupadas em encontrar alternativas de sobrevivência às organizações culturais brasileiras em tempos marcados pela instabilidade da democracia e por uma crise sanitária que forçou ao isolamento social - notadamente durante o período marcado pelo governo de Jair Bolsonaro (2018-22) -, um grupo de produtoras brasileiras criou, em 2022, o Projeto Nanã. Intitulado Nanã em referência à deusa de matriz africana, mãe de todas as mães, o Projeto teve como objetivo investigar estratégias inovadoras usadas por organizações culturais de diferentes contextos no intuito de reconhecer modos possíveis de sustentação econômica, sobretudo às pequenas e médias organizações, quando a subvenção estatal é restrita. Por *novas* ou *inovadoras* foram entendidas todas aquelas iniciativas cujos meios de financiamento trazem "alternativas ao dominante, seja a partir das possibilidades abertas pelas tecnologias digitais, por mecanismos baseados na economia solidária e colaborativa, pela agregação de novos setores/ atividades, pela fundação de outros arranjos institucionais, ou ainda combinando múltiplas fontes", conforme informado no texto de apresentação do Projeto.

O que nos mobiliza a contribuir com o presente Dossiê reside em pistas encontradas já no início da pesquisa - que acabaram por se estender pelos demais contextos observados - cujos traços nos falam de modos de fazer no coletivo que levam a questionar as noções de público e privado. Com efeito, na busca pelo reconhecimento de práticas de sustentabilidade econômica alternativas chegamos a governanças alternativas - algumas arrastadas de outros tempos que vêm encontrando formas de resistir, outras mais recentes cuja razão-de-ser é indissociável do processo neoliberal-digital. Se partimos ao campo mirando à iniciativas autogestionadas que evitam apoio financeiro do Estado, no terreno constatamos que este critério não dava conta de perceber as capacidades de independência e autonomia das organizações culturais - não só em razão da histórica participação dos Estados europeus na subvenção do setor cultural, mas porque, de acordo com nossa



leitura dos dados, estas estão atreladas às qualidades do arranjo construído com o poder público e com o público/comunidade ao qual se destina.

Ao mesmo tempo, embora o foco da investigação estivesse na estrutura econômica das organizações, os dados produzidos não deixaram de nos falar sobre práticas atuais de produzir e partilhar bens simbólicos que driblam institucionalidades tradicionais - como a estratégia de *permacultura de uso*, implementada pela Thala, na França, ou a de atuação em rede, como a proposta pelo Roskilde Festival, na Dinamarca.

A proposta do presente artigo é, pois, descrever e analisar artimanhas identificadas neste primeiro estudo realizado pelo Nanã, na expectativa de socializar *feitiços*[1] (Pereira; Ostrower, 2023), ou mesmo *receitas feiticeiras* (Pignarre; Stengers, 2005), que apontam a modos de vida e produção *comuneiros* apesar da atual *dominância capitalista* (Laville, 2014). Na análise dos achados lançamos luz aos conceitos de *tier-lieu* (Lextrait, 2001;Burret, 2015), *espaço cultural intermediário* (Offroy, 2019; Magkou; Pélissier, 2021) e *organização cultural comunitária* (Santini, 2015; Calabre, 2022), direção que ao nosso ver contribui para colocar em cena potenciais fragilidades teóricas a serem encaradas para favorecer políticas públicas-comunitárias.

Para isso, após apresentar brevemente o percurso da investigação e o universo alcançado, descrevemos as principais estratégias utilizadas pelas organizações investigadas, aprofundando naquelas mais relevantes para observarmos os 'feitiços comuneiros' em curso. Por último, examina-se os dados problematizando os enquadramentos analítico-teóricos acima apresentados - quais os seus limites e potencialidades para o desenvolvimento de políticas culturais dirigidas ao comunitário?

[1] O termo 'feitiço' é usado como estratégia, modo de fazer, ou uma magia que contribui à resistência. Dada a ancestralidade africana carregada pelo Projeto e sua busca por iluminar alternativas ao dominante, nos parece apropriado.



O Projeto Nanã: caminho metodológico

O Projeto Nanã recebeu aporte financeiro do governo de Barcelona (Espanha) por meio de duas chamadas públicas (TICS e Puntuals / 2022), às quais concorreu através da organização espanhola Territoris Oblitats. Diante do histórico de atuação das idealizadoras do Projeto em países da Europa ocidental e da origem do financiamento recebido, a pesquisa foi direcionada para organizações do continente europeu, visando posterior partilha dos achados especialmente com agentes da cultura no Brasil.

Entre maio e agosto de 2022, foram mapeadas 52 organizações culturais em sete países. O mapeamento combinou a articulação das redes profissionais das responsáveis pelo Nanã, pesquisa em congressos direcionados e em plataformas da Internet. Deste levantamento, 36 atendiam ao critério de inovação econômica desenhado pelo estudo e foram portanto convidadas a participar. Ao final, 14 entre estas aceitaram integrar o projeto, totalizando o alcance de seis cidades e quatro países: Espanha, Portugal, França e Dinamarca.

A produção dos dados foi realizada entre outubro do mesmo ano e fevereiro de 2023, por meio de entrevista semi-diretiva com um dos gestores da iniciativa, à qual somou-se informações publicizadas pelas organizações em seus sítios eletrônicos. Na maior parte dos casos, a entrevista foi conduzida de modo virtual (vídeo-chamada). Alguns poucos, porém, se deram presencialmente na sede da organização - caso de todos aqueles pesquisados no contexto francês.

As questões colocadas aos entrevistados foram organizadas em três blocos: 1) Objetivos da organização; 2) Sustentabilidade; 3) Transições sustentáveis. Entre as perguntas, estavam: *Como percebe os impactos/efeitos da organização até o momento? Quais estratégias foram usadas para tornar a organização financeiramente viável? Quais os principais desafios enfrentados ao longo da trajetória no que tange à captação/produção de recursos? Como percebe a viabilidade de sustentar a organização sem subsídios públicos?*

Cabe enfatizar que, dados os objetivos da pesquisa, o recorte para seleção das organizações participantes não foi circunscrito especificamente a iniciativas



ancoradas no 'fazer com', assim como as formas *comuneiras* das práticas não estiveram na pauta central da entrevista. Houveram, contudo, gestores para quem este ponto era crucial abrindo espaço na conversa para desenvolvê-lo. Na mesma medida, nem todos reconheciam/enquadravam suas estratégias como parte de um modo de fazer afinado ao comum, ainda que a ideia de 'fazer com', de atuar no/em coletivo e para a comunidade, fosse explícita na grande parte dos casos.

Os dados foram examinados individualmente e em seu conjunto, resultando na produção de textos de caráter jornalístico reunidos num Blog próprio do Projeto, lançado em setembro de 2023.

Feitiços para sobrevivência

As estratégias utilizadas pelas organizações para manterem sua saúde financeira variam de acordo com as iniciativas, mas, para efeito de apresentação inicial dos dados, cabe subdividi-las entre aquelas que contam com aportes do Estado e as que não possuem qualquer vínculo. No primeiro grupo situa-se a imensa maioria: Drac Magic (Espanha), Tot Raval (Espanha), Metzineras (Espanha), La Veinal (Espanha), L'Ateneu Popular (Espanha), Rádio Miúdos (Portugal), Largo Residências (Portugal), Friche de la Mai (França), Bulle Bleu (França). O segundo restringe-se a cinco das organizações investigadas: Thala (França), Den Gra Halv (Dinamarca), Roskilde Festival (Dinamarca), Fábrica Braço de Prata (Portugal), Arroz Estúdio (Portugal).

Vemos que as espanholas e as dinamarquesas se diferenciam por sua longevidade - algumas sobrevivem há mais de 50 anos. Se as duas iniciativas da Dinamarca evitam aporte do estado, aquelas da Espanha contam com parte expressiva das entradas através de ajudas públicas, seja por livre concorrência ou convênios diretos. Contudo, à parte a Drac Magic - organização voltada à pedagogia audiovisual e difusão de filmes realizados por crianças e mulheres, criada em 1971 - todas as demais constituem-se por meio de uma rede de associações locais. A Drac Magic, por sua vez, apesar de não estruturar-se na vinculação com outras organizações, investe na produção e no cultivo de vínculos com agentes do território



no qual está situada. Ambos os formatos garantem laços fortes com a comunidade que mostram torná-las menos vulneráveis aos giros governamentais e favorecer sua continuidade no tempo. L'Ateneu Popular inclusive impõe regras claras às entradas do Estado - estas não podem ocupar mais de 50% do orçamento e são restritas a certas rubricas.

A gestão destas organizações segue as bases de assembleias, ou de um *conselho aberto* (Teixeira, 2022), onde as decisões são tomadas no coletivo, considerando as reivindicações da comunidade a partir de análise de suas experiências anteriores. Igualmente, na oferta das atividades - oficinas, espetáculos, etc - quando o acesso não é gratuito, o valor é limitado às possibilidades econômicas do público/ comunidade. Na La Veinal, formada por dez coletivos audiovisuais, a participação da comunidade é ainda amplificada dada a natureza da organização. Através da difusão de vídeos, criados em processo de oficinas com vizinhas e vizinhos, as múltiplas vozes e imagens dos moradores dos bairros de Barcelona ganham uma janela importante.

As dinamarquesas, por sua vez, são mais radicais quanto à possível influência negativa do Estado e o evitam de todo, mas apostam igualmente na articulação comunitária e em rede - o que combinam com entradas advindas da venda de ingressos e produtos. O Roskilde Festival, evento anual de música na Dinamarca, criado na esteira do Festival de Woodstock, que atualmente reúne mais de cem mil pessoas a cada edição, atua em colaboração com associações, escolas e clubes esportivos de diferentes regiões da Dinamarca. Em troca do trabalho voluntário de jovens que fazem parte dessas organizações, são gerados recursos para sustentá-las – seja por meio da ponte com patrocinadores privados, da venda de produtos durante o evento, da doação direta de parte do lucro do Festival, ou da partilha de técnicas e saberes de gestão. Embora o Festival conte também com o patrocínio de uma grande empresa privada, essa rede composta por 30 mil voluntários garante um pilar fundamental para que até hoje se mantenha de pé e preserve sua razão de ser. Como afirma a vice-diretora da organização, Dorthe Olesen: “não estamos atrás de patrocínio, simplesmente buscamos trabalhar em parceria com organizações



alinhadas com nossos propósitos". Ao mesmo tempo, Olesen nota que nos últimos anos tem sido um desafio mobilizar essa quantidade de voluntários - segundo percebe, "as pessoas estão se tornando mais individualistas", o que resvala no sentido de cooperar quando não há remuneração financeira clara em retorno.

Já o Den Grå Halv está situado em Christiania (Copenhague), o que o torna particularmente singular. Christiania parte da ocupação de uma base militar abandonada, em 1971, situada numa área central da capital dinamarquesa, e desde então busca ser reconhecida como um 'experimento social' baseado na ideia de uma cidade livre ("Fristaden"). As inúmeras lutas contra o Estado não impediu que ali se desenvolvesse uma grande comunidade, com regras e estruturas independentes, incluindo escolas, centros culturais, infraestrutura para habitação, comércio de produtos considerados ilegais pela constituição dinamarquesa etc. O Den Grå Halv se estabelece desde o início, ocupando um dos grandes galpões abandonados que se torna sede de assembleias e espetáculos importantes para o fortalecimento de Christiania. A paulatina resistência deste 'experimento social' torna-se referência internacional (hoje está entre as principais atrações turísticas da Dinamarca) e o Grå Halv passa a atrair artistas internacionais renomados, afinados com a filosofia *christianita*. Além de palco de grandes concertos, o espaço promove anualmente um natal comunitário, viabilizado com a comercialização de produtos na feira natalina da comunidade e sobretudo com o trabalho voluntário dos *christianitas* que garantem alimentação e programação artística gratuita a mais de mil pessoas. Para Anders Thorsen, um de seus integrantes, a chave principal para a sobrevivência do Grå Halv ao longo do tempo está na organização horizontal e na cultura do voluntariado, mas também na operação de um bar durante o evento. Contudo, ao refletir sobre como favorecer a sustentabilidade das organizações culturais no contexto atual, Thorsen aponta que é crucial saber bem direcionar a receita obtida com a venda de bebidas.

Como preservar a vocação *comuneira* sem sucumbir, ou bem, como trabalhar com fomento do Estado sem perder autonomia e independência e sobretudo a coerência com as motivações políticas que impulsionam a criação da organização, é questão sensível ao observarmos a realidade que emerge do contexto cultural



francês. Com exceção da Thala, em Marseille, as demais participantes da pesquisa são mantidas fundamentalmente com recursos públicos/estatais. Entre as três está em jogo o enquadramento (ou não) como um *Tier-lieu*. A Bulle Bleu, estabelecida em 2012 em Montpellier, apesar de constituir-se num *Etablissement de Service d' Aide au Travail* (ESAT), portanto um equipamento público para inclusão laboral de pessoas com deficiência (neste caso, no setor cultural), afirma-se também como uma 'fábrica artística' - o que leva François Pontailler, um de seus diretores, a reivindicar o reconhecimento da organização como um *'ESAT Tier-lieu'*. Esta reivindicação é particularmente importante no caso da Friche de la Mai, organização baseada em Marseille protagonista na publicização do termo e no reconhecimento do Estado francês ao 'movimento *tiers-lieux'*. Por sua vez, a Thala, também de Marseille, prefere ser nomeada como uma "fábrica do comum" no lugar de *tier-lieu,* pois, como afirma Jonathan Cocchia, um dos fundadores, trata-se de um "conceito frágil que privilegia a quantidade de atividades realizadas pela organização e não como as faz".

O conceito de *tier-lieu* ('terceiro espaço', em tradução literal) faz eco ao de *third place,* cunhado pelo sociólogo norte-americano Ray Oldenburg (Oldenburg, 1999), preocupado em compreender a função social dos espaços urbanos situados entre a casa e o trabalho. Ressoa também o de *espaço cultural intermediário* (Poli; Magkou, Pelissier, 2022), que começa a ganhar lugar na Língua Portuguesa em iniciativas e pesquisas recentes no Brasil e em Portugal, conforme trataremos adiante. A partir do relatório de Fabrice Lextrait (2001), então diretor da Friche La Belle de Mai, que aponta às novas práticas culturais e econômicas em desenvolvimento por organizações da sociedade civil baseadas em fábricas desativadas nas periferias do país, o Estado francês é chamado à criação de linhas de fomento a tais iniciativas. Desde a última década, aportes direcionados à legitimar e financiar organizações neste modelo aumentam paulatinamente através de linhas orçamentárias que ultrapassam a pasta do Ministério da Cultura e abarca também investidores privados (Libot, 2022; Charin, 2021). Na esteira da crise pandêmica, o investimento cresce de forma expressiva - enquanto realizamos o campo desta pesquisa institui-se o Grupo de Interesse Público



France Tiers-Lieux[2] (setembro/2022), que passa a concentrar os processos de reconhecimento das organizações, assim como as pesquisas, informações e recursos.

Constatamos que a Friche la Belle de Mai, organização que nasce da ocupação de profissionais da cultura a uma fábrica desativada numa das áreas mais pobres de Marseille, é hoje um tanto dependente do reconhecimento estatal que ajudou a reivindicar - a maior parte do seu orçamento advém de recursos públicos. Apesar de diversificar suas entradas por meio da locação de espaços a artistas residentes e também para eventos, da venda de ingressos e produtos através de um café/bar, uma livraria e algumas salas de espetáculo mantidas em suas dependências, tais entradas pouco se traduzem em feitiços efetivamente úteis para a autossustentabilidade do empreendimento. Conforme afirma seu diretor, Alban Corbier-Labase:

> Nossa organização depende em 65% de subsídios públicos, o que nos proporciona certa estabilidade, mas não é sinônimo de 'sustentabilidade'. Precisamos melhorar nossa capacidade de autofinanciamento para ganhar independência e autonomia. (Alban Corbier-Labase, 2022).

Neste caso fica claro que os laços com o território, na base do conceito de *tiers-lieux* proposto por seu antigo presidente Patrice Lextrait (2001), não se traduzem em capacidade de autofinanciamento. Em nossa pesquisa não pudemos aprofundar sobre as estratégias de gestão, mas a forma de publicização da equipe disposta no site oficial da organização[3] deixa transparecer sua estrutura verticalizada - presidente, diretor geral, diretor adjunto, assistente etc.

Também a Bulle Bleu logra manter sua saúde financeira com os aportes fixos recebidos do Estado - neste caso para cumprir sua função de formação e inserção no mercado de trabalho, ou seja, estes não chegam através das linhas de fomento aos *Tiers-lieux*. Recursos adicionais advindos do aluguel do espaço a outras companhias de teatro, ingresso de espetáculos, e do seu restaurante - atividade obrigatória ao qual

[2] Para mais informações: https://francetierslieux.fr
[3] Para mais informações: https://www.lafriche.org/lequipe/



os formandos se dedicam, já que legalmente não pode restringir-se à inclusão no setor cultural -, contribuem não apenas para sua sustentação, mas para a experimentação de novas ideias.

A restrição dos acordos com o poder público aos projetos/atividades inicialmente planejados e aprovados é um ponto que vai de frente com a filosofia de Thala, fincada essencialmente na experimentação, ou bem, num "sistema de 'fazer com' que deixe espaço para a imaginação e o possível", nas palavras de Jonathan Cocchia (2022). Para garantir este princípio, organizam-se por meio de uma estrutura de autofinanciamento baseada na contribuição de seus membros, cujos aportes seguem um conjunto de critérios - entre os principais: a relação da pessoa com o coletivo, seu potencial de participação e sua capacidade financeira. Atualmente, a Thala reúne cem associados de diferentes áreas. Juntos, desenvolvem uma série de atividades dirigidas às demandas do público/comunidade dos bairros da zona portuária de Marseille. Este feitiço fundamental consiste no arranjo de atividades, saberes e práticas, ou de usos diferentes e combinados das estruturas materiais do espaço (assentada em 28 containers personalizados para atender a diferentes usos) que criam sinergias e mantêm o equilíbrio da organização. Cabe dizer ainda que apenas duas pessoas são remuneradas para administração da organização - e para tanto contam com subsídio do Estado. A renda dos membros é produzida através de iniciativas próprias, às quais muitos contam com a estrutura da Thala para desenvolver.

Sobreviver fazendo junto por meio da contribuição de seus membros é estratégia partilhada pelo Arroz Estúdio, associação cultural criada por um grupo de artistas portugueses em 2018, voltada a apoiar a criação e difusão de bens estéticos através de uma estrutura sustentada por 20 estúdios equipados. Seus estúdios fazem uso de espaços industriais abandonados da cidade que, com a contribuição dos artistas residentes e da comunidade local, são transformados em espaços de artes criativas. Já no seu primeiro ano, a organização associou mais de mil membros, hoje chega a 40 mil. No entanto, a noção de membro aqui possui outra conotação: trata-se não dos envolvidos com a gestão e desenvolvimento das atividades (os efetivamente



associados), mas daqueles aos quais estas se destinam. Em outras palavras, os membros que alimentam a saúde de Arroz consiste no público/comunidade participante de seus espetáculos. Neste sentido, podemos entender que os shows, exposições, sessões de cinema, e demais apresentações - que desde a pandemia acontecem quase diariamente - são não apenas feitas *para* o público, mas *com* certo público.

E se esta fidelização dos frequentadores da casa ainda não foi formalizada no caso da lisboeta Fábrica Braço de Prata - outra a nomear-se 'fábrica' e a ocupar um imóvel abandonado na antiga área industrial da capital portuguesa -, a noção de público não deixa de também aqui ser chamada à reflexão. Assim como o Arroz, a Braço de Prata não recebe fomento do Estado. E na ausência do recurso público/ estatal, o público/comunidade se faz recurso fundamental. A habilidade de direcionar as atividades com base nos interesses e necessidades dos moradores de Lisboa fez com que a organização extrapolasse sua intenção inicial de reunir bons livros, boa música e boa comida que impulsionou sua criação em 2007. Atualmente, inclui apresentações e oficinas de teatro e cinema, aluga salas para eventos privados e a gravações, e ainda oferece um amplo estacionamento equipado para trailers/caravanas - que não raro atrai viajantes interessados em cooperar com a organização, agregando seus serviços à programação[4]. De acordo com o fundador Nuno Nabias, o feitiço de sustentar-se tão somente com o público participante advém não apenas de uma habilidade da organização, mas também da liberdade que possui para responder aos seus desejos em tempo. Novamente, constata-se a percepção de que o aporte público/estatal pode dificultar atender ao público/comunidade pois limita a oportunidade de experimentação (ou seja, de liberdade e independência para fluir no compasso da comunidade).

Ao observarmos os dados produzidos junto à Rádio Miúdos, uma das organizações a erguer-se em grande medida por meio de programas do Estado português em parceria com a União Europeia, esta realidade parece se confirmar e

[4] No momento em que realizamos a pesquisa, por exemplo, um dos trailers havia se convertido numa pizzaria capitaneada pelo casal de condutores italianos.



carregar ainda outros desafios. Desde 2015, a Rádio vem promovendo a formação criativa e técnica de estudantes de escolas públicas de diversas regiões do país por meio da instalação e gestão de rádios nas instituições educacionais. Embora tais iniciativas mostre efeitos pedagógicos importantes, de acordo com levantamentos realizados pela organização, atualmente a Rádio quase não consegue atender as crianças. Considerando os impactos narrados por Veronica Milagros, fundadora da iniciativa, cabe perguntar o quanto os desejos e necessidades do público/comunidade não estão sendo pouco escutados pelo público/estatal. O curto prazo de duração dos investimentos, a enorme burocracia para prestação de contas, e a alta quantidade de horas investidas para alinhar os projetos às exigências das chamadas públicas, estão entre os desafios para fazerem desta fonte um pilar de sustentação - queixas notadas também pelas organizações espanholas. Alternativas são buscadas na oferta do serviço diretamente às escolas e outras instituições afins, assim como no patrocínio de projetos por investidores privados, entretanto com pouco sucesso. Importante ressaltar que a finalidade da Rádio Miúdos (formação), e a restrição a esta atividade, a diferencia das demais organizações analisadas para quem a educação entra geralmente como complemento.

Por fim, o Largo Residências, organização portuguesa, traz contornos daquelas observadas na França e na Espanha. Assim como o L'Ateneu Popular, nasce do vislumbre de demandas sociais não atendidas em determinado território e da associação entre agentes locais para respondê-las conjuntamente. Em atuação desde 2012, acaba por estabelecer-se no Largo Cabeça de Bola, ocupando um quartel desativado em área (central) da cidade onde vinha realizando suas intervenções. Ali as intervenções consolidam-se em projetos permanentes, e agregam novos coletivos e frentes de atuação - hospedagem para artistas e pessoas sem abrigo, cafeteria e venda de produtos locais -, envolvendo mais de mil pessoas. Contudo, meses após a participação na pesquisa, o Largo já não ocupa o Largo. O equipamento será recuperado pelo governo para oferecer imóveis a preços populares, sinal de que as mobilizações da organização foram escutadas pelo poder público.



Depoimentos da cooperativa divulgados recentemente (TimeOut, 2024)[5] apontam a uma questão que vale adicionarmos para o debate conceitual que seguirá na próxima seção. Apresentamos aqui para então retomar mais adiante:

> Não abdicamos do nosso papel na coesão territorial e na construção dos denominados 'terceiros espaços' [espaços culturais e comunitários que funcionam fora dos espaços com fins e motivações institucionais], de interesse comum e sem fins lucrativos. (Cooperativa Largo Residências, TimeOut, 2024).

Em síntese, vimos que entre as estratégias importantes para sobrevivência destas organizações destacam-se não só a prestação de serviços (sobretudo no setor cultural e de educação não-formal) e a comercialização de produtos (sobretudo através do estabelecimento de restaurante/ bar/ café na sede da organização), mas um conjunto de feitiços baseados em modos de fazer no coletivo - entre os quais: a cooperação em rede com outras organizações; a articulação horizontal com pessoas (físicas e jurídicas) do território; o engajamento de voluntariado; a partilha de saberes, equipamentos e espaços entre os integrantes; e a participação/ associação do público/comunidade. Para muitos, é importante diversificar as atividades e também guardar o Estado no seu devido lugar para que façam vingar suas magias.

Entre receitas feiticeiras e ingredientes neoliberais

A invenção de "receitas feiticeiras" (Stengers; Pignarre, 2005) baseadas no fazer e gerir juntos mostram uma busca das organizações culturais investigadas à experimentação de modos possíveis para resistir. Percebe-se que o fortalecimento dos laços com o território não é apenas uma resposta à precarização das condições de vida e de trabalho resultantes dos processos de mercantilização, privatização e redução de direitos sociais e trabalhistas, mas também da forma das políticas públicas de promoção à cultura. Contudo, se os dados produzidos demonstram que encontra-

[5] Notícia TimeOut, 24/01/24: https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/lisboa-tera-novo-centro-cultural-esta-primavera-012424?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=dhfacebook&utm_content=null&fbclid=IwAR28l-JuX_3BjEzmlWLUWJr4WAsaPfEsK3NGeBwJQ-mk4-lNZJ2tMtLZJzM



se suportes relevantes para a sustentabilidade por meio da cooperação com seus pares e da participação do público/comunidade, também deixa entrever desafios comuns inerentes à expansão da forma neoliberal que ameaçam estas possibilidades.

A começar pela dificuldade crescente relatada pelo Roskilde Festival: o individualismo. Como mobilizar os indivíduos a dedicar-se voluntariamente a um trabalho, sobretudo as novas gerações socializadas na lógica do *empresário de si* (Han, 2014)? Ainda que no caso de Roskilde haja retorno claro - não apenas doação à uma causa -, este retorno se realiza para a organização/coletivo do qual o jovem integra. O quanto é percebido como uma troca justa? Jean-Louis Laville (2014) na intenção de compreender as mudanças sociais em curso e dar forma teórica à economia solidária, alerta para a (esquecida) força da dádiva, já apontada por Marcel Mauss, mas também às dificuldades dos indivíduos contemporâneos em enfrentarem o risco da falta de reciprocidade e o desafio de encontrar justas medidas às suas trocas.

A força da dádiva é notória no caso de Christiania, um 'experimento social' pensado para durar até três anos, que se estende por mais de cinquenta. De fato, o caso do Den Grå Halv é particularmente interessante para percebermos que apesar da intensificação do processo neoliberal nas últimas décadas, cujos efeitos se refletem diretamente na possibilidade de existência de Christiania - obrigada a rever seu enquadramento político-jurídico dando origem à criação da Fundação Fristaden Christiania (2011)[6] -, a subjetividade *comuneira* ainda prevalece. O trabalho voluntário somado à produção de renda para a comunidade garante o evento de natal inteiramente gratuito aos centenas de moradores de Copenhague. Igualmente, a capacidade de articulação e estruturação entre organizações e agentes que partilham um mesmo território, assistida em particular no caso da Espanha, reforça resistências possíveis.

Por outro lado, olhando para o atual contexto francês vemos um cenário no qual os históricos *squats* vêm dando lugar a um novo modelo institucional (*tier-lieu*)

[6] Para mais informações: https://www.christiania.org/fonden/



vulnerável à lógica neoliberal. Se há quem perceba os Tiers-lieux como organizações 'de baixo para cima' (*bottom-up*) que estão desenvolvendo novas práticas culturais e econômicas (Lextrait, 2001; Magkou; Pélissier, 2021; Poli, 2022), há quem os reconheça como organizações que perderam sua razão-de-ser na busca por institucionalização e legitimação (Libot, 2022; Charin, 2021). Na mesma medida, assim como os integrantes de Thala, autores concordam que o selo de *Tiers-lieux* seja demasiado vago (Offroy, 2019) e, portanto, suscetível aos interesses político-económicos dominantes (Burret, 2015; Libot, 2022; Charin, 2021).

Neste sentido, como aponta Antoine Burret nos seus estudos sobre os Tiers-lieux, embora esta forma de instituição tenha surgido como uma resposta da sociedade civil aos valores e condições de trabalho dominantes (individualismo, competição, qualidade das oportunidades no mercado formal, etc.), é importante cuidado para que não reproduza as mesmas bases contra as quais se ergue (Burret, 2015). Com efeito, se considerarmos os centros sociais ocupados (*squats*) e os *coworking* dentro da mesma categoria - equiparando, assim, ativistas a gestores de negócios sociais -, justifica-se a expansão do modelo dominante sob o pretexto de promover uma 'nova economia' guiada pela solidariedade (Libon, 2022). Jean-Louis Laville reforça a necessidade deste alerta quando aponta ao risco da perda da identidade de organizações baseadas no cooperativismo diante de um movimento de "isomorfismo institucional" (Laville, 2014: 64) que ao longo do tempo tende a aproximá-las da forma de empresas. Seria o caso da Friche la Belle de Mai? Estudos aprofundados devem ser realizados, mas os dados indicam uma organização hoje extremamente dependente do Estado e estruturada em bases hierárquicas, que leva a confundi-la não propriamente com uma empresa, mas talvez com um equipamento público/estatal.

No Brasil, vemos que há investigadores a usar a categoria teórico-analítica de *espaço cultural intermediário* (Poli; Magkou, Pelissier, 2022) para ler organizações reconhecidas como *pontos de cultura* nas políticas implementadas nos governos Lula (2002-2010) dada sua proposta/capacidade de promoção de novos vínculos com/no território. Tais iniciativas eram até então lidas como *organização cultural comunitária,*



conceito que ganha corpo a partir do programa brasileiro "Cultura Viva" (2004), na esteira da lógica do 'do-in' antropológico (que marca o movimento tropicalista) baseada na ativação de nós locais. Quando escutamos o Largo Residências percebe-se novamente um embaralho entre *organização cultural comunitária* e *espaço cultural intermediário* a ressoar na narrativa de agentes socioculturais portugueses/brasileiros. Seriam substituíveis? Por que o primeiro perde terreno nas políticas públicas ibero-americanas onde já teve protagonismo (Santini, 2015), e não encontra lugar nas linhas de subvenção pública/estatal ao alcance das organizações investigadas?

A fala dos protagonistas dos *pontos de cultura,* feita na primeira convocatória latino-americana (Colômbia/2013) realizada por esta Rede, nos ajuda a pensar a questão - dizem eles: “não desenvolvemos uma atividade privada, mas sim uma vocação pública não estatal, que luta por outra experiência de espaço compartilhado” (Santini, 2015). Assim, apesar da amplitude do conceito de *organização cultural comunitária* (Calabre, 2023), a circunscrição de sua intencionalidade política-comunitária o distingue - o que, possivelmente, contribui para proteger suas receitas da penetração de ingredientes neoliberais.

Considerações finais

As pistas coletadas nos primeiros passos de Nanã sinalizam a necessidade de pesquisas futuras dirigidas a debulhar os ingredientes comunitários que compõem suas estratégias. Ao mesmo tempo, considerando os feitiços procurados e encontrados pelas organizações investigadas para sobreviver, e as magias que carregam, é nítida a necessidade de enfrentar questões conceituais-teóricas sensíveis para desenvolver programas capazes de fortalecer e legitimar o papel dos agentes culturais na gestão do que temos em comum.



Referências:

BURRET, A. Tiers-lieux et plus si affinités. France: Editions FYP, 2015.

CALABRE, L. Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a américa latina. Cadernos Prolam/USP-*Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 21, n. 42, p. 289-314, jan-jun. 2022.* ISSN: 1676-6288

CHARIN, E. Pourquoi les promoteurs se ruent sur les squats d'artistes. France: Journal Marianne: 27/09/2021.https://www.marianne.net/culture/pourquoi-les-promoteurs-se-ruent-sur-les-squats-dartistes

DARDOT, P; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Rio de Janeiro, Boitempo, 2016.

ESPOSITO, R. Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica. Paraná: UFPR, 2017.

GRANADOS, D; SANSZ, J. Regreso al futuro: el derecho a la ciudad tras la covid-19. España: CTXT Contexto y Acción. Número 259. Abril/2020. https://ctxt.es/es/20200401/Firmas/31987/urbanismo-janet-sanz-regreso-al-futuro-daniel-granados.htm

HAN, B.-C. Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Barcelona: Herder Editorial, 2014.

LAVILLE, J-L. Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 36, mai/ago 2014, p. 60-73 http://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003604

LEXTRAIT, P; GROUSSARD, G. Friches, laboratoires, fabriques, squats, projets pluridisciplinaires... : une nouvelle époque de l'action culturelle : rapport à M. Michel Duffour, Secrétaire d'Etat au patrimoine et à la décentralisation culturelle. France, Vie Public: au coeur du débat publiques, 1/05/2001. https://www.vie-publique.fr/rapport/25064-friches-laboratoires-fabriques-squats-projets-pluridisciplinaires

LIBOT, G. Les tiers-lieux et friches culturelles : qu'est-ce qui cloche? France: Journal Le Chiffon, 2/abril/2022
https://www.lechiffon.fr/les-tiers-lieux-et-friches-culturelles-quest-ce-qui-cloche/

MAGKOU, M; PELISSIER, M. Estar juntos, fazer juntos e seguir em frente juntos: ecos do terceiro lugar cultural da França em tempos de covid-19. Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 327 – 343, jan./jun. 2021
https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/188937/177637



OFFROY, C. De l'impact social et économique des lieux-intermédiaires: L'exemple d'une recherche-action collaborative en Seine-Saint-Denis. Dans : Hervé Defalvard éd., *Culture et économie sociale et solidaire*, Fontaine: Presses universitaires de Grenoble, 2019.

OLDENBURG, R. Great good place: cafes, coffee *shops,* bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community. Ney York: Marlowe & Company, 1999.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement. Paris: La Découverte, 2005.

PEREIRA, M; OSTROWER, I. Feitiços da viagem e da arte: a experiência no projeto Turista Aprendiz. Visualidades, Goiânia, v. 20, 2022. https://doi.org/10.5216/v.v20.71291

POLI, K. Tiers-Lieux: um olhar para os espaços alternativos de inovação e cultura, o caso da França. Canal Youtube Oficinas Culturais do Estado SP, 3/ago/22. https://www.youtube.com/watch?v=ZnSWaQmoxH8

POLI, K; MAGKOU, M; PELISSIER, M. Participação social e espaços culturais intermediário nas políticas culturais contemporâneas: um breve olhar para França e Brasi**l.** Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 15, n. 2, p. 82-100, jul./dez. 2022.

SANTINI, A. Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina. Plataforma IberCultura Viva, 21/setembro/2015 https://iberculturaviva.org/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/

SAVAZONI, R. O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições SESC SP, 2018.

TEIXEIRA, S. Concejo abierto: aprendizajes del comunal para habitar el porvenir. Madrid: Notar, 2023.

REVISTA DA FUNDARTE
ANO 24
NÚMERO 60
AGOSTO DE 2024
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO
REVISTA 60
DOSSIÊ ARTES, COMUNIDADES E EDUCAÇÃO



Maria Pereira
Maria Pereira é socióloga, doutora em Educação, cineasta e produtora cultural. Desde 2005 desenvolveu uma série de projetos socioculturais para/com grupos juvenis através de suas organizações - Brazucah Produções (2005-09) e Praga Conexões (2009-23). Criou e dirigiu a série Retornados (Canal Curta/ TV Escola/ RTP, 2017) e o telefilme Pássaro preto (Doctv Latinoamerica, 2015). Atualmente é pesquisadora visitante no Instituto de Antropologia da Pontifícia Università Gregoriana (Roma/ Itália).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9376-5293
E-mail: pereiramaria@id.uff.br

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio Artigo.
Recebido em 1º de fevereiro de 2024
Aceito em 17 de abril de 2024
Editor responsável: Júlia Maria Hummes (FUNDARTE)
Editores Convidados: Carmen Lúcia Capra (PPGED da UERGS) e
Leonardo Marques Kussler (PPGED da UERGS)
ISSN 2319-0868
Qualis A1 em Arte, Educação, Filosofia, História, Interdisciplinar, Linguística e Literatura

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
Baseado no trabalho disponível
em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte.
Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/